

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A nova onda das MPs

O primeiro grande teste da boa relação entre o novo presidente da Câmara, Hugo Motta, e o do Senado, Davi Alcolumbre, está posto: é levar deputados e senadores de volta às comissões mistas das medidas provisórias, algo que não ocorreu na gestão anterior. Para este início de ano, há 32 em tramitação, sendo 25 paradas na coordenação das comissões mistas.

Enquanto isso, no STF...

A depender do ânimo dos ministros do Supremo Tribunal Federal, é lá que haverá a última palavra sobre a anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro. É que qualquer projeto que seja aprovado pode ter a constitucionalidade questionada na Suprema Corte.

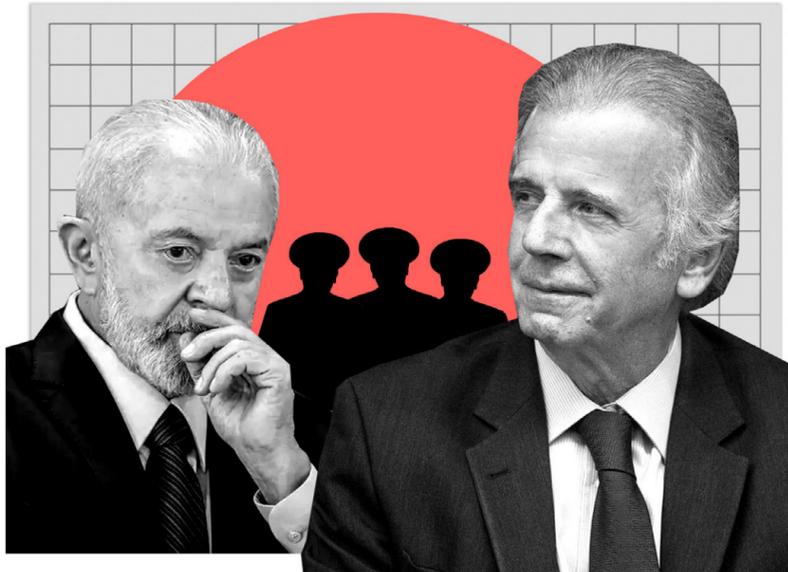
Um gesto dúbio

O ex-presidente Jair Bolsonaro chegou de surpresa a uma reunião do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, com prefeitos de municípios afetados pelas chuvas. Um grupo avaliou que Bolsonaro foi dar respaldo ao seu ex-ministro de Infraestrutura. Já para outra ala, menos afeita ao bolsonarismo, o ex-presidente foi até lá para deixar claro quem é detentor dos votos que elegeram Tarcísio governador.

O que ele quer

O ex-presidente Jair Bolsonaro quer ver Tarcísio candidato à reeleição em São Paulo. Os mais fiéis escudeiros do bolsonarismo garantem que o ex-chefe do Executivo está convencido da necessidade de ter "Bolsonaro 22" na urna e na campanha de 2026. E os aliados dele dizem que Bolsonaro tem mencionado que o nome para isso, a preços de hoje, é o do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

E José Mucio vai ficando



A última conversa entre o presidente Lula e o ministro de Defesa, José Mucio Monteiro, terminou com a permanência do ex-deputado pernambucano no cargo. A seara militar é delicada. José Mucio dispõe do talento, da capacidade de ouvir e de construir consensos de que a função precisa. Por mais que alguns queiram fazer intrigas entre ele e os petistas, Mucio fica e não sai tão cedo. Resolvida a área da Defesa, o presidente vai se dedicar a ver como ficará a política no Palácio do Planalto.

» » »

O presidente considera que os resultados no Congresso foram satisfatórios nesses

dois anos de Alexandre Padilha no cargo de ministro de Relações Institucionais, embora tenha havido atritos com o então presidente da Câmara, Arthur Lira. Agora, ainda que a relação com Hugo Motta seja melhor, é preciso colocar ali um ministro com novo fôlego, rumo a 2026. Pelo menos, essa é a tendência do presidente Lula. A discussão da reforma ministerial seguirá paralelamente às emendas, que estão num impasse que precisa ser resolvido antes do carnaval. O Orçamento de 2025, que ainda não foi votado, só deve ser apreciado em março. Sinal de que os ministros confirmados, no caso de José Mucio, têm tempo para tentar segurar mais emendas para seus ministérios.

CURTIDAS

Quaest e Lula/ Ainda que a pesquisa Quaest desta semana aponte o presidente Lula liderando todos os cenários da disputa de 2026, a alta rejeição preocupa, e muito. A avaliação é de que ninguém com 49% de rejeição conseguirá vencer. É parte desse público que o governo precisa conquistar este ano.

Quaest e a oposição/Jair Bolsonaro aparece com 53% de rejeição, e o cantor Gustavo Lima, com 50%. A preços de hoje, a vida dos governadores pré-candidatos ao Planalto está muito melhor. Tarcísio de Freitas, de São Paulo, e Ratinho Júnior, do Paraná, têm 32% de rejeição. Romeu Zema, 23%, e Ronaldo Caiado, 21%.



Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Assim não dá.../ Defensor do fim da polarização política, o líder do PP, Doutor Luizinho (foto, RJ), saiu do plenário com a certeza de que o início foi preocupante. "Não dá para começar com essa guerra de bonés."

... mas vai rolar/ O embate dos bonés, aliás, foi visto como saudável pelos parlamentares que defendem que a violência deve acabar. "Se eles querem usar boné, nós também usaremos. Faz parte. Quem vai ganhar com isso são as fábricas de bonés", brincou o senador Jaques Wagner (PT-BA), que exibiu um boné amarelo, com a inscrição "O Brasil é dos brasileiros".

PODER / Na abertura do ano do Judiciário, ministro Luís Roberto Barroso relembra a depredação do plenário da Corte, em 8 de janeiro de 2023, pelos bolsonaristas e enfatiza o papel do STF na defesa da normalidade institucional

Sem vez a inimigo da democracia

» RENATO SOUZA

No discurso de abertura do ano do Judiciário, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou a necessidade de atuar pela defesa da democracia, clamou a união entre os Poderes e exortou um esforço pelos direitos sociais. O magistrado foi enfático ao dizer que não há lugar, no Brasil, para quem "não aceita a democracia".

O ministro lembrou os atentados de 8 de janeiro de 2023, quando o plenário do STF foi invadido e depredado por extremistas apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. "Aqui no plenário que foi invadido, inundado, depredado, celebramos a força das instituições e a volta do país a vitalidade plena. Não há pensamento único no país, pois isso é coisa de ditadura. Temos lugar para todos. Só não temos lugar para quem não aceita a democracia", enfatizou.

Barroso rebateu críticas de que a Corte invade competências do Poder Legislativo sem ter membros eleitos pelo voto popular — uma acusação permanente dos bolsonaristas, uma vez que tramitam no STF inquéritos, sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que vem levando à prisão personagens envolvidos numa tentativa de golpe de Estado com vistas a manter Bolsonaro no poder. O próprio ex-presidente é investigado pelo Supremo.

"Todas as democracias reservam uma parcela de poder para ser exercida por agentes públicos que não são eleitos pelo voto popular, para que permaneçam imunes as paixões de momento", ressaltou Barroso, que fez um balanço da sua gestão em 2024 — salientou, sobretudo o Exame Nacional da

Magistratura, e a recuperação de R\$ 400 milhões pelo Judiciário aos cofres da União.

Mal-estar

Entretanto, a cerimônia teve um momento de mal-estar, quando o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, criticou os julgamentos virtuais, que aceitam apenas sustentações orais gravadas. O constrangimento é porque, na semana passada, Barroso rejeitou um pedido da entidade para reconsiderar a regulamentação dos julgamentos na modalidade virtual — o ministro justificou que, no "atual cenário de judicialização exacerbada", é "materialmente impossível dar conta" da fila de processos apenas com os julgamentos em tempo real.

Segundo Simonetti, "silenciar a advocacia enfraquece a própria democracia". "A depender do seu uso e de sua regulamentação, a tecnologia pode ampliar a injustiça e violar a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal", criticou.

Já o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ao discursar, afirmou que "este será, certamente, um ano com pautas sobressaindo o interesse dos valores democráticos". A observação coincide com a denúncia contra 39 pessoas acusadas de tentativa de golpe de Estado — entre elas Bolsonaro —, cuja decisão era aguardada para janeiro. "Assim como esta Corte, também a PGR está pronta para cumprir o seu papel", frisou.

Além do ex-presidente da República, podem ser denunciados o general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa; o também general da reserva Augusto Heleno, que foi chefe do Gabinete de Segurança

Fellipe Sampaio/STF



Aqui no plenário que foi invadido, inundado, depredado, celebramos a força das instituições e a volta do país à vitalidade plena. Não há pensamento único no país, pois isso é coisa de ditadura. Temos lugar para todos. Só não temos lugar para quem não aceita a democracia"

Luís Roberto Barroso, presidente do STF

Institucional (GSI); e o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, que fechou um acordo de delação premiada. As penas podem chegar a 17 anos de reclusão.

"A oportunidade é adequada para a Procuradoria-Geral da República reiterar o propósito de atuar com firmeza, desassombro e serenidade às tantas competências que lhe confiou o constituinte, a começar pela

que lhe é basilar e que melhor lhe define a dignidade institucional: a defesa da ordem jurídica e do regime democrático", ressaltou Gonet.

Retomada

A Corte retomou, ontem, a rotina de trabalho, com a realização de sessões plenárias e análise das ações que estão em

tramitação. Participaram da cerimônia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os novos comandantes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), Gonet, Simonetti, além do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. (Com Agência Estado)

Processo arquivado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou ontem um pedido para que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), fosse investigado no inquérito que apura uma tentativa de golpe de Estado ocorrida em 2022 — logo depois da derrota de Jair Bolsonaro nas urnas para Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com a Polícia Federal (PF), Tarcísio esteve no Palácio da Alvorada no mesmo dia em que a minuta golpista circulou entre os aliados do ex-presidente, após o segundo turno do pleito.

O pedido para a inclusão de Tarcísio no inquérito foi realizado pela Bancada Feminista do PSol, mandato coletivo da sigla na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Moraes declarou ter acolhido o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que considerou não haver elementos que indicassem a participação de Tarcísio na reunião de discussão da minuta. O procurador-geral Paulo Gonet se manifestou contra a inclusão do governador no inquérito, no mês passado.

Em novembro de 2024, a PF indiciou 40 pessoas no inquérito pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa. Além de Bolsonaro, estão o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres; o presidente do PL, Valdemar Costa Neto; e o ex-assessor presidencial, Filipe Martins.